

MATRÍCULA DOS ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM MANAUS ENTRE 2014 E 2017¹

STUDENT REGISTRATION TARGET AUDIENCE OF SPECIAL EDUCATION IN MANAUS BETWEEN 2014 AND 2017

Samuel Vinente

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – Brasil
E-mail: samueljunior.ns@gmail.com

Márcia Duarte Galvani

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – Brasil
E-mail: marciaduar@yahoo.com.br

RESUMO

O presente estudo objetivou analisar a implementação da política nacional de educação especial no município de Manaus, considerando alguns indicadores de matrícula de estudantes público-alvo da educação especial (PAEE) entre 2014 e 2017. Trata-se de um estudo documental realizado em documentos e dados estatísticos da Secretaria Municipal de Educação. Como resultados, observou-se nos últimos anos um crescimento do quantitativo de estudantes público-alvo da educação especial. Os resultados apontam uma reestruturação da política de Educação Especial no sentido de apresentação de diretrizes para a matrícula desses estudantes, para a proposição de serviços especializados. Constatou-se nos últimos anos a predominância da matrícula de estudantes com deficiência intelectual no Sistema Municipal de Ensino e pouca incidência de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação. Espera-se que com esse estudo possa-se propor redimensionamento e avaliação das políticas educacionais para a promoção de respostas às necessidades dos estudantes PAEE matriculados na rede pública municipal de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Política educacional. Indicadores educacionais.

ABSTRACT

The present study aimed to analyze the implementation of the National Policy of Special Education in the city of Manaus, considering some PAEE student enrollment indicators between 2014 and 2017. It is a documentary study carried out in documents and statistical data of the Municipal Education Department. As a result, in recent years there has been an increase in the number of students targeted by Special Education. The results indicate a restructuring of the Special Education policy in the sense of presenting guidelines for the enrollment of these students, for the proposal of specialized services. It was observed in the last years the predominance of the enrollment of

¹ Os autores agradecem ao apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Amazonas (Fapeam). Parte desse trabalho foi apresentado no IV Congresso Nacional de Educação (CONEDU), realizado em João Pessoa (VINENTE; GALVANI, 2017).

students with intellectual deficiency in the Municipal Teaching System and little incidence of students with High Abilities / Giftedness. It is hoped that with this study we could propose the re-dimensioning and evaluation of educational policies to promote the answers to the needs of the PAEE students enrolled in the municipal public school system

KEYWORDS: Special Education. Educational politics. Educational indicators.

1. INTRODUÇÃO

Na década de 1990, a discussão sobre os serviços de educação especial permeava sobre a legitimidade dessa modalidade de educação escolar enquanto parte da educação geral, e não como “recurso paliativo para o fracasso escolar” (FERREIRA, 1992, p. 101). No contexto da Constituição Federal (BRASIL, 1988), assegurava que o dever do Estado com a educação deveria pautar-se também na oferta do atendimento especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A institucionalização da modalidade de educação especial no município de Manaus tem início na década de 1990 com a publicação da Lei n.50, de 04 de janeiro de 1991, a qual dispõe sobre a implantação da educação especial na rede municipal de ensino. De acordo com o disposto na lei, essa modalidade era “[...] voltada para atender as pessoas portadoras de deficiência visual, auditiva, mental, as infra-dotadas e as super-dotadas” (MANAUS, 1991).

Com a implantação do Núcleo de Educação Especial no âmbito da Secretaria Municipal de Educação em 1991, estende-se a oferta dos serviços para a clientela da educação especial (SANTOS, 1998; MATOS, 2008; VINENTE, 2017), passando a oferecer à comunidade serviços de avaliação, diagnóstico e encaminhamento às classes especiais, que estavam em implantação na rede pública municipal de ensino.

Em 1997, com a criação do Serviço de Avaliação Diagnóstica da Educação Especial do Município (Sadem), organizam-se materiais informativos à comunidade, informando-se sobre os objetivos, procedimentos, equipe, serviços ofertados e clientela atendida (MANAUS, 1997). O Sadem avaliava e diagnosticava estudantes do ensino fundamental e realizava o encaminhamento dos estudantes que necessitassem dos serviços de educação especial (SANTOS, 1998; MATOS, 2008; MARQUES, 2010; VINENTE, 2017).

Em 2007, a Lei Municipal n. 1.102, de 09 de março de 2007, extingue as escolas municipais de educação especial José Salomão Schwartzman e Emerson Prestes (MANAUS, 2007) e cria no âmbito da Secretaria Municipal de Educação (Semed), o Complexo Municipal de Educação Especial André Vidal de Araújo, o qual passa a congregar os profissionais das escolas extintas e oferecer suporte aos estudantes nas escolas de ensino regular bem como na própria escola de Educação Especial que possui o mesmo nome (VINENTE, 2017).

Nesse cenário, no contexto amazonense, há trabalhos que discutem aspectos dos serviços de educação especial no município de Manaus (MARQUES, 2010; SANTOS, 2011; SILVA, 2013; LIMA, 2016). Em contexto nacional, tem-se privilegiado a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), implantadas pelo Ministério da Educação (MEC) (PLETSCH, 2012; MENDES; CIA, 2012; ALMEIDA, 2013; LOUREIRO; CAIADO, 2013; LAPLANE, 2014).

Entretanto, levando-se em consideração a atual conjuntura da política educacional, torna-se necessário que nos debruçemos para analisar as ações governamentais implementadas até o momento, de modo que possamos avaliar sua efetividade. Dessa forma, conforme as colocações aqui apresentadas, este estudo tem por objetivo analisar a implementação da política nacional de

educação especial no município de Manaus, considerando alguns indicadores de matrícula de estudantes (PAEE) entre 2014 e 2017.

2. MÉTODO

Para Gil (2008), a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. De acordo com Flick, “[...] como ocorrem nas outras abordagens de pesquisa qualitativa, pode-se utilizar os documentos e análise de documentos como uma estratégia complementar para outros métodos como a entrevista [...]” (FLICK, 2009, p. 231).

Os dados referentes ao quantitativo de matrícula dos estudantes PAEE no município foram solicitados por ofício à Semed. Os dados foram sistematizados em planilhas de editores de textos e tabulados a partir dos anos e categorias dos estudantes PAEE.

Entende-se como Frigotto (2008, p. 89), que “[...] é na análise que se estabelecem as relações entre a parte e a totalidade”. Assim, esse processo é essencial no estudo por representar o esforço de estabelecer conexões, mediações e contradições dos fatos que constituem a problemática pesquisada.

Os dados oriundos da pesquisa documental foram analisados, os conteúdos dos documentos relacionados à implantação das SRM, à formação docente e às diretrizes que normatizam o AEE no Sistema Municipal de Ensino. Como os instrumentos de coleta dos dados já estavam estruturados em categorias, no processo de análise algumas subcategorias permaneceram e outras foram emergindo. A apresentação e análise dos resultados serão realizadas nos itens a seguir.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo da história da educação especial do município de Manaus, é possível observar mudanças em relação ao público-alvo atendido nessa modalidade de educação escolar. Nesse sentido, o público foi composto por estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, entretanto ao longo do tempo, diferentes terminologias foram utilizadas na legislação municipal (MANAUS, 2003, 2011, 2015, 2016).

Os indicadores educacionais do município auxiliam no fornecimento de subsídios para a constituição da história da educação especial em Manaus. De acordo com o apresentado pelo sítio eletrônico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), os indicadores educacionais

[...] atribuem valor estatístico à qualidade do ensino, atendo-se não somente ao desempenho dos alunos, mas também ao contexto econômico e social em que as escolas estão inseridas. Eles são úteis principalmente para o monitoramento dos sistemas educacionais, considerando o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos. Dessa forma, contribuem para a criação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação e dos serviços oferecidos à sociedade pela escola. (INEP, 2017, s.p).

Nesse cenário, os indicadores apresentados aqui se referem precisamente à matrícula de estudantes com deficiência na rede pública municipal de ensino.

3.1 Indicadores de matrícula

Em Manaus, o histórico inicial dos serviços de educação especial se materializa nas matrículas a partir do ano de 1991, corroborando com Matos (2008), Santos (1998) e Vinente (2017). A partir desse ano, é que o quantitativo dos estudantes da modalidade de educação especial passa a ser contabilizado nas estatísticas da Semed. Têm-se aí então diversas questões a serem respondidas por pesquisadores que reconstituem a história da educação no Amazonas, especificamente levando em consideração essa modalidade de educação escolar.

Em pesquisa ao sistema de consulta a matrículas do censo escolar (1997-2014) só vai-se encontrar em categorias distintas a etapa *educação infantil* a partir do ano de 2007, mesmo ano da formação do Grupo de Trabalho instituída pelo MEC, que elaborou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Nesse contexto, ao mesmo tempo disparam as matrículas, urgindo a necessidade de investimentos governamentais na formação inicial e continuada dos profissionais que atuam com estes educandos, além da aquisição de materiais didáticos e adaptação dos espaços escolares, levando-se em consideração as especificidades da educação infantil.

Segundo dados do IBGE, o estado do Amazonas possui uma população estimada de 3.873.743 habitantes. A capital do estado (Manaus) obteve em 2014 uma população estimada em 2.020.301 habitantes, sendo o 7º município mais populoso do Brasil (IBGE, 2014).

Não foi possível ainda identificar o percentual de habitantes com idade escolar e que apresentam quadros de deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e altas habilidades ou superdotação, tendo em vista que o IBGE estabelece critérios de terminologia diferentes dos adotados pelo INEP.

Loureiro e Caiado (2013), ao analisarem as matrículas de estudantes com deficiência na educação básica, utilizaram os microdados do Censo Escolar da Educação Básica entre 2007 e 2012. Um dado interessante do estudo mostrou que em determinado ano, ao mesmo tempo em que as matrículas sinalizavam matrícula de estudantes no ensino regular na etapa do ensino fundamental, segundo relatos de uma participante do estudo, as crianças frequentavam uma instituição especializada por meio de um convênio entre a Secretaria de Educação e a instituição.

Assim, pode-se dizer que os dados podem sinalizar mudanças ou não relacionadas à implementação de uma política, mas não podem ser a única fonte de informações. Os dados referentes às matrículas de estudantes com deficiência em Porto Ferreira, município do interior paulista, também apontam similaridades com estudos desenvolvidos em outras regiões, no tocante ao fato da matrícula de alunos com deficiência nos anos finais do ensino fundamental ser mínima ou inexistente (LOUREIRO; CAIADO, 2013).

Laplane (2014), ao analisar os dados fornecidos pelo Censo Escolar do INEP referente às matrículas de estudantes com deficiência, sinalizou para um aumento considerável nesse índice nos últimos seis anos. Entretanto, segundo a pesquisadora, os dados apontam para um pequeno índice quando se trata de matrículas na educação infantil e no ensino médio.

3.2 O público-alvo da educação especial em Manaus

Em dados fornecidos pela Divisão de Informação e Estatística da Semed, é possível monitorar as matrículas dos estudantes que compõe o público-alvo da Educação Especial na rede municipal de ensino. Na tabela 3, estão caracterizados dados relacionados às matrículas dos estudantes com altas habilidades ou superdotação, deficiência (baixa visão, cegueira, auditiva, física, intelectual, múltiplas,

surdez, surdocegueira) e TGD (autismo infantil, síndrome de Asperger, síndrome de Rett e Transtorno Desintegrativo da Infância).

Tabela 3: Caracterização dos estudantes PAEE matriculados no ensino regular em 2017

Descrição	Creche	Pré-escola	Anos iniciais	Anos finais	EJA (1ºSegmento)	EJA (2ºSegmento)
Altas Habilidades/Superdotação	0	0	4	1	0	0
Autismo Infantil	14	214	520	44	41	1
Baixa Visão	0	23	83	31	7	7
Cegueira	0	4	13	4	2	0
Deficiência Auditiva	1	7	49	10	30	2
Deficiência Física	3	45	192	37	31	5
Deficiência Intelectual	5	93	1220	198	535	49
Deficiências Múltiplas	0	34	217	31	28	2
Síndrome de Asperger	0	8	21	7	2	0
Síndrome de Rett	0	1	5	1	3	0
Surdez	1	3	39	7	14	1
Surdocegueira	0	0	1	0	0	0
Transtorno Desintegrativo da Infância	0	10	41	12	6	2

Fonte: Elaboração própria, com base em informações disponibilizadas pela DIE/Semed (2017).

Os dados dispostos na Tabela 3 situam cronologicamente o atual contexto do atendimento escolar aos estudantes PAEE. Chama-se atenção, por exemplo, a ausência de estudantes com altas habilidades ou superdotação matriculados na rede municipal de ensino. Tais estudantes estão sendo identificados? Os estudantes identificados permanecem ou evadem? Há uma política de acompanhamento pedagógico e enriquecimento curricular para esses estudantes?

Como visto no quadro das outras categorias que integram o PAEE, os estudantes com altas habilidades ou superdotação também estão mais presentes nos anos iniciais do ensino fundamental. Dessa forma, confirmamos a hipótese de crescimento contínuo da matrícula dos estudantes PAEE no ensino fundamental em Manaus.

Na tabela 4, serão apresentados dados relacionados às matrículas de estudantes com TGD e na Tabela 5 dados vinculados aos estudantes com deficiência, considerando-se para ambas o período de 2014 a 2017.

Tabela 4: Matrícula de estudantes com transtornos globais do desenvolvimento em Manaus (2014-2017)

Ano	Autismo	Síndrome de Asperger	Síndrome de Rett	Transtorno Desintegrativo da Infância
2017	823	38	10	71
2016	669	28	10	76
2015	507	26	6	68

2014	337	24	5	68
TOTAL	2336	116	31	283

Fonte: Elaboração própria, com base em informações disponibilizadas pela DIE/Semed (2017).

Com base nos dados dispostos na Tabela 4, depara-se com um crescimento demasiado no índice de matrículas de estudantes com autismo na rede municipal de ensino. A Lei n.1.495/2010 assegura que no caso de autistas que possuam condições de frequentar a escola regular, torna-se necessário a garantia de vagas para matrícula desses estudantes a partir dos dois anos de idade (MANAUS, 2010).

Nesse cenário, para fins legais, a pessoa com autismo é considerada pessoa com deficiência no contexto da cidade de Manaus (MANAUS, 2010; SILVA, 2013; VINENTE, 2017). Assim, somando-se a matrícula de alunos com autismo em todas as etapas e modalidades de ensino, o quantitativo desses estudantes passa de 337 em 2014, para 823 no ano de 2017.

Considerando-se que não há a obrigatoriedade de apresentação do laudo médico para a matrícula em virtude do tempo exigido para emissão deste e necessidade de acompanhar aspectos do desenvolvimento infantil, encontram-se nessas estatísticas estudantes com laudo médico ou suspeita de autismo? Há na cidade de Manaus profissionais na área de saúde suficientes para diagnosticar esses estudantes? Quais outros serviços são ofertados no âmbito da educação, saúde e assistência social para esses estudantes?

No caso dos estudantes com síndrome de *Asperger*, síndrome de *Rett* e Transtornos Desintegrativos da Infância a matrícula destes poucos evoluiu nos últimos anos, mantendo-se, no caso de estudantes com Transtornos Desintegrativos da Infância, quase que estagnada. Esse quantitativo ascende no caso de estudantes com síndrome de *Asperger* matriculados na rede e avança um pouco em relação à matrícula de estudantes com síndrome de *Rett*.

Continuando a disposição dos dados, a Tabela 5 sintetiza aspectos da matrícula de estudantes com deficiência na rede municipal de ensino entre o período de 2014 a 2017.

Tabela 5: Matrícula de estudantes com deficiência em Manaus (2014-2017)

Ano	Cegueira	Baixa visão	Surdez	Deficiência auditiva	Surdocegueira	Deficiência física	Deficiência intelectual	Deficiências múltiplas
2017	24	151	65	103	1	313	2121	312
2016	21	132	65	101	2	268	1958	275
2015	22	151	69	122	2	341	1662	152
2014	21	110	76	130	1	287	1365	120
TOTAL	88	544	275	456	6	1209	7106	859

Fonte: Elaboração própria, com base em informações disponibilizadas pela DIE/Semed (2017).

De modo sumário, observa-se na Tabela 5 que a maioria dos estudantes com deficiência matriculados na rede municipal de ensino compõe o grupo da deficiência intelectual, variando entre 1365 estudantes matriculados no ano de 2014 e o quantitativo de 2121 alunos em 2017.

Considerando-se esse número alarmante, cabe-nos questionar sobre a identificação desse alunado. Todos esses estudantes foram submetidos a alguma avaliação? Foram encaminhados do Complexo Municipal de Educação Especial para a escola? Foram identificados em primeiro lugar na escola e encaminhados pela equipe pedagógica para avaliação no Complexo? A equipe multiprofissional que atua na Gerência de Educação Especial (GEE) e no Complexo Municipal de Educação Especial (CMEE) é suficiente para atender a essa demanda de estudantes?

Sumariamente em relação à matrícula de estudantes com cegueira admitidos na rede, o número permanece estático, com poucas alterações ao longo dos últimos anos. Já no quantitativo de estudantes com baixa visão, o número apresenta aumento de expressividade passando de 110 estudantes em 2014 para 151 em 2017. Apresenta-se aí um grande desafio para a formação dos professores e para adequação dos espaços escolares que precisam ser acessíveis não somente para esses alunos, mas para quem possua outra deficiência e/ou mobilidade reduzida.

Em relação à surdez e deficiência auditiva, o quantitativo de estudantes matriculados entre 2014 e 2017 foi reduzido, conforme pode ser observado na Tabela 5. Independente desse quantitativo, os estudos na área de educação especial precisam dedicar-se a atuação do profissional tradutor/intérprete de Libras na rede de ensino, bem como dos serviços destinados para essa população na rede municipal de ensino. É preciso ressaltar que a escola possui demandas específicas para o AEE, sendo necessário estudar as formas de encaminhamento desses estudantes ao ensino regular e a organização dos serviços de apoio que serão ofertados.

O quantitativo de estudantes com deficiência física e múltiplas também cresceu gradativamente nos últimos anos. Sabe-se que esse alunado possui especificidades complexas que precisam ser atendidas de modo efetivo para que a escola se torne cada vez mais inclusiva. Pode-se dizer que está posto um desafio para uma das maiores redes de ensino do país, adaptar a escola desde a sua estrutura física, mobiliário, currículo e organização pedagógica para o atendimento às especificidades desses estudantes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou analisar a implementação da política nacional de educação especial no município de Manaus, considerando alguns indicadores de matrícula e a oferta dos serviços de AEE. Consolidou-se como um estudo de relevância acadêmica e social, por ter nos permitido aprofundar ainda mais o conhecimento científico sobre a realidade político-educacional de um local no qual nós atuamos cotidianamente.

Foi possível observar a expansão dos serviços de educação especial no município, mas, ao mesmo tempo, uma centralização voltada para o Complexo Municipal de Educação Especial – setor esse responsável na Semed tanto pela capacitação dos profissionais, quanto pelo encaminhamento, avaliação e diagnóstico dos estudantes que são encaminhados para as classes especiais e para as salas de recursos e SRM.

Atender à política nacional de educação especial esbarra em desafios que vão desde a questão de estrutura política do município aos desafios complexos de uma região com intensa expansão urbana e crescimento populacional.

Torna-se então necessário a análise dos indicadores de qualidade e uma política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que ofertam os serviços de AEE. Isso evidencia cada vez mais a necessidade de pesquisas que se debrucem a analisar tais indicadores e contribuam com a avaliação do PNE enquanto política pública para os estudantes PAEE.

Mesmo com amplos trabalhos no campo da educação especial, que se destinaram a estudar aspectos

dos serviços ofertados e analisar a PNEPEI, acreditamos que há um amplo espaço para pesquisa no campo de constituição do histórico do atendimento especializado na região. Vale considerar que se está caminhando para os dez anos de publicação dessa política nacional e torna-se necessário analisar constantemente as implicações teórico-práticas dessa política para o município.

A expressividade e complexidade da rede de ensino analisada neste estudo pode revelar muitos aspectos que servirão de objeto de pesquisa para outros pesquisadores, os quais podem focalizar a questão do financiamento da educação especial, do atendimento nas classes especiais (ainda ativas na rede), da implantação do Instituto Municipal de Estudos e Pesquisas em Educação (Imepe), da implementação do Plano Nacional de Educação (PNE) no contexto da região e outros temas que podem fazer interface com a educação especial.

Os dados apresentados apontam para avanços no campo da oferta dos serviços e adequações frequentes para a manutenção deles. Entretanto, a atual política de educação especial em voga carece de uma fundamentação teórica sobre os princípios que fundamentam a oferta desses serviços.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. A. S. T. **Atendimento educacional especializado e educação inclusiva: quais as experiências das salas de recursos multifuncionais nas escolas públicas de Niterói/RJ?** 2013.150f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

BAPTISTA, C. R. Ação pedagógica e Educação Especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 17, p. 59-76, maio/ago. 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 13 abr. 2018.

BRASIL. Decreto n.7.611, de 17 de novembro de 2011: dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

FERREIRA, J. R. Notas sobre a evolução dos serviços de Educação Especial no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba, v. 1, n. 1, p. 101-106, 1992.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Tradução de Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 69-90.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 set. 2017.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Indicadores Educacionais**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: out. 2017.

Vinente, s; Galvani, m. D. Matrícula dos estudantes público-alvo da educação especial em Manaus entre 2014 e 2017

_____. **Censo Escolar da Educação Básica (2013):** Resumo Técnico. Ministério da Educação. Brasília: O Instituto, 2014.

LAPLANE, A. L. F. Condições para o ingresso e permanência de alunos com deficiência na escola. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 34, n. 93, p. 191-205, maio-ago. 2014.

LIMA, S. C. **Comunicação alternativa e a mediação do professor na sala de recursos multifuncionais:** um estudo de caso. 2016. 132f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

LOUREIRO, A. D. T.; CAIADO, K. R. M. Educação especial na Educação Básica: análise de matrículas em um município paulista. **Cadernos de Pesquisa em Educação**. Vitória/ES, v. 19, n. 37, jan./jun., 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/7454/5234>>. Acesso em: jul. 2015.

MANAUS. Resolução n. 011/CME/2016, de 02 de junho de 2016: Institui novos procedimentos e orientações para Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, no Sistema Municipal de Ensino de Manaus. **Diário Oficial do Município de Manaus**. Manaus, AM, 02 jun. 2016.

_____. Lei n. 1495, de 26 de agosto de 2010: reconhece a pessoa com autismo como portadora de deficiência, para fins de fruição dos direitos assegurados pela Lei Orgânica do Município de Manaus. **Diário Oficial do Município de Manaus**. Manaus, AM, 26 ago. 2010.

_____. Lei n. 1.102, de 09 de março de 2007: cria o Complexo Municipal de Educação Especial André Vidal de Araújo e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Manaus n. 1679**. Manaus, AM, 08 mar. 2007. Disponível em: <<http://www.manaus.am.gov.br/>>. Acesso em: ago. 2015.

_____. Resolução n. 005/CME, de 18 de dezembro de 2003: dispõe sobre procedimentos e orientações a serem observados para oferta da Educação Especial no Sistema Municipal de Ensino a partir de 2003. **Diário Oficial de Manaus**. Manaus, AM, 18 dez. 2003.

_____. **Serviço de Avaliação Diagnóstica da Educação Especial do Município –Sadem:** integração: abrace essa causa. Manaus: Departamento de Ensino – Divisão de Ensino – Seção de Educação Especial, 1997 (Folder Informativo).

_____. Lei n.50, de 4 de janeiro de 1991: dispõe sobre a implantação da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino. **Diário Oficial do Município de Manaus**. Manaus, AM, 4 jan. 1991.

MARQUES, M. P. S. D. **O Acesso de Pessoas com Deficiência ao Sistema Público de Ensino de Manaus na Percepção dos Professores**. 2010. 149f. Tese (Doutorado em Ciências: área Psicologia)-Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

MATOS, M. A. S. **Cidadania, diversidade e educação inclusiva:** um diálogo entre a teoria e a prática na rede municipal de Manaus. 2008. 229f. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MENDES, E. G.; CIA, F. ONEESP – um Observatório Nacional para a comunidade da Educação Especial. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Org.). **A pesquisa sobre inclusão escolar em suas múltiplas dimensões:** teoria, política e formação. Marília: ABPEE, 2012.

PLETSCH, M. D. Educação Especial e Inclusão Escolar: uma radiografia do atendimento educacional especializado nas redes de ensino da Baixada Fluminense/RJ, **Ciências Humanas e Sociais em Revista**, RJ, EDUR, v. 34, n.12, jan./jun., p. 31-48, 2012.

Vinente, s; Galvani, m. D. Matrícula dos estudantes público-alvo da educação especial em Manaus entre 2014 e 2017

SANTOS, L. M. **A política pública de educação do município de Manaus: o atendimento educacional especializado na organização escolar.** 2011. 209f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

SANTOS, L. M. **As percepções dos usuários e usuárias da classe especial sobre esse serviço educacional.** 102f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 1998.

SILVA, R. M. **Para além do discurso oficial das políticas públicas: possibilidade de (re) pensar o paradigma de inclusão escolar para o educando com transtorno do espectro autista na cidade de Manaus.** 2013. 91f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

VINENTE, S. **Política e organização pedagógica do serviço de atendimento educacional especializado em Manaus.** 2017, 176f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial)-Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2017.

VINENTE, S.; GALVANI, M. D. Indicadores de matrícula dos estudantes público-alvo da Educação Especial em Manaus entre 1991 e 2017. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 4., 2017, João Pessoa. **Anais...**João Pessoa: Editora Realize, 2017. p. 1-13.